

O MODELO E SUA CRISE

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 27.04.1980

Modelo de desenvolvimento, estilo de desenvolvimento, padrão de acumulação são expressões aproximadamente sinônimas. Um modelo de desenvolvimento pode eventualmente abarcar um período mais longo do que um padrão de acumulação. O modelo primário-exportador, por exemplo, caracterizou a economia brasileira por mais de cem anos. Já um padrão de acumulação está sempre correlacionado com uma onda de inovações e investimentos. É, portanto um fenômeno decididamente cíclico, cuja duração total, entre a expansão e a crise, não deverá ser superior a cinquenta anos. Um padrão de acumulação está sempre relacionado com determinadas inovações tecnológicas, com a introdução de novos produtos ou novos setores industriais, com o estabelecimento de novas fontes ou novas formas de financiamento da acumulação, e, afinal, termina com uma crise generalizada e prolongada do sistema que abre caminho para a definição de uma nova onda de investimentos.

O atual modelo de desenvolvimento brasileiro, entendido neste caso como um sinônimo de padrão de acumulação, tem início em meados dos anos cinquenta, quando é tomada a decisão de instalar a indústria automobilística no país. Caracteriza-se pela total preponderância da produção de bens de consumo de luxo, os quais, na fase inicial do processo, mais ou menos se confundem com os bens de consumo duráveis (auto-móveis, eletrodomésticos, equipamentos de som), dados os baixos padrões de consumo da população trabalhadora brasileira.

Os bens de consumo durável assumem a liderança do processo brasileiro de industrialização já a partir do início dos anos cinquenta. Em seguida surge a indústria automobilística, que se transformará no fator decisivo da industrialização brasileira até aproximadamente 1974. A partir desta data tenta-se transferir a ênfase da acumulação dos

bens duráveis de consumo para os bens de capital e os insumos básicos. Mas esta mudança de política econômica só irá ser parcialmente bem sucedida na medida em que o padrão de acumulação iniciado em 1954 entrava agora em uma segunda crise cíclica. A primeira, entre 1962 e 1966, preparou a grande expansão seguinte, o “milagre” Era, portanto uma crise intermediária dentro do mesmo padrão de acumulação. A segunda, iniciada em 1974, já dura seis anos e parece marcar o declínio final do atual modelo de desenvolvimento brasileiro.

A ênfase na indústria de bens de consumo durável foi acompanhada pela entrada e crescente predominância das empresas multinacionais manufatureiras no Brasil. Anteriormente as empresas internacionais operavam no Brasil no setor dos serviços públicos, do comércio de importação e exportação, e, subsidiariamente, na montagem de bens manufaturados importados. A partir dos anos cinquenta, entretanto, as empresas multinacionais entram em massa na área da indústria de transformação e principalmente no setor dinâmico dos bens de consumo duráveis. A burguesia local recebe-as de braços abertos. Associa-se com as multinacionais, na medida em que se transforma em sua fornecedora ou distribuidora de seus produtos.

Os investimentos das multinacionais são complementados pelo estado. Também a partir dos anos cinquenta o estado brasileiro, além de funcionar como estado planejador assume o papel de estado financiador e estado produtor. Enquanto estado financiador irá assumir a principal responsabilidade pelo financiamento a longo prazo da acumulação de capital no Brasil. O BNDE, o BNH e os mecanismos de poupança forçada serão os principais instrumentos do estado financiador. Por outro lado, em sua tarefa de facilitar a acumulação privada, o estado preenche as áreas vazias de acumulação, produz os insumos básicos necessários à industrialização, ao mesmo tempo que assume também o papel de estado comprador, e torna-se o principal estimulador da indústria de bens de capital.

Este modelo, entretanto, traz embutido dentro de si dois desequilíbrios fundamentais. De um lado, é intrinsecamente concentrado de renda, de outro tende ao desequilíbrio externo.

A concentração de renda é inerente à ênfase na produção de duráveis de consumo. Em um país subdesenvolvido como o Brasil, em que os padrões de consumo da população são muito baixos, somente a renda concentrando-se a camada média para cima é possível garantir mercado para a indústria produtora de bens de luxo. Se o desenvolvimento ocorresse mantendo-se as participações relativas de trabalhadores, tecnoburocratas e capitalistas na renda, o aumento da demanda de duráveis seria menor, aumentando a de bens básicos.

Por outro lado, é claro que as duas classes dominantes a burguesia e a secundariamente a tecnoburocracia têm todo o interesse em concentrar a renda da camada média para cima. A política do arrocho salarial, a inflação e a desculpa de que é necessário combatê-la e ainda aumentar a taxa de acumulação, o padrão de despesas do estado favorecendo sempre as classes mais ricas, a política fiscal regressiva são as principais estratégias utilizadas. Com isso garante-se a compatibilização entre demanda e oferta agregadas em uma economia em que o setor moderno, oligopolístico e multinacional é produtor principalmente dos bens de consumo de luxo que a burguesia e a tecnoburocracia desejam consumir.

O segundo desequilíbrio é o externo. A economia está orientada para produzir bens não facilmente exportáveis, mas que possuem um alto coeficiente de importações. Este fato mais a tentativa de crescer durante o “milagre” a taxas superiores a capacidade de poupança nacional implicaram em déficit crescentes na balança comercial e de serviços (transações correntes) que tiveram que ser financiadas por um endividamento internacional sem precedentes.

Este modelo contraditório e desigual pode ser chamado de modelo de subdesenvolvimento industrializado. Industrializou o país, mas não resolveu seus problemas sociais. Manteve a maioria da população em condições de pobreza insuportáveis. Aprofundou as diferenças entre o setor monopolista e o competitivo. Criou um desequilíbrio externo insustentável. Desnacionalizou a economia, aprofundando seus laços de dependência. O Brasil continuou, portanto, um país subdesenvolvido, apesar de uma imensa e sofisticada indústria.

A crise do modelo de subdesenvolvimento industrializado está em marcha. É uma crise econômica, porque os desequilíbrios que ele provocou afetam diretamente a produção e a distribuição do excedente. As taxas de inflação explosivas dos últimos tempos são um sintoma desses desequilíbrios. É também uma crise política, porque este modelo tentou sistematicamente marginalizar os trabalhadores de qualquer participação no poder. A solução para esta crise deverá ser encontrada em um novo padrão de acumulação, que provavelmente exigirá um grau maior de intervenção do estado. Mas terá também que ser encontrada em um processo de redemocratização através do qual toda a sociedade e não apenas um grupo de iluminados busque as soluções para a crise.(27/04/80)